

*Indústria e património industrial  
moageiro na cidade de Tavira,  
1890-1975*

*Carlos Manuel Faísca<sup>1 2</sup>*

## 1. Introdução

A importância de Tavira enquanto núcleo urbano foi bastante desigual ao longo da História, o que também se reflete no património cultural existente, sobretudo no edificado. Não admira então que nas duas margens do Gilão exista uma quantidade significativa de edifícios religiosos, civis e militares pré-industriais<sup>3</sup>, a larga maioria classificado como Imóvel de Interesse Público ou Monumento Nacional, com ênfase na Época Moderna quando Tavira era a principal cidade do Algarve e mesmo uma das mais importantes de Portugal. A riqueza deste património provavelmente contribuiu para a menor atenção dada ao património industrial de diversos tipos – fábricas, caminho-de-ferro, mercados, habitações, etc. Porém, a cidade está longe de ser desprovida de manifestações industriais, não obstante nunca ter sido um centro industrial nacional, ou sequer regional, e o início da contemporaneidade, sobretudo o século XX, marcar um dos períodos de menor importância relativa de Tavira, algo que recentemente parece estar a alterar-se.

Este artigo aborda o património industrial moageiro da cidade procedendo à sua divulgação, estudo e, conseqüentemente, valorização. Tratando-se de um tema quase inexplorado, o objetivo concreto passa por identificar que moagens existiram, quais as suas principais características e colocá-las no contexto regional e nacional deste tipo de indústria. De facto, não se encontra na extensa bibliografia sobre o passado taviense muita informação sobre o património industrial e, sobretudo, sobre o moageiro em particular<sup>4</sup>. Recorrendo a várias fontes e bibliografia, com destaque para os processos de licenciamento industrial atribuídos pela 5.ª Circunscrição Industrial<sup>5</sup> e à guarda do Arquivo Distrital de Faro<sup>6</sup>,

descrever-se-á, da melhor forma possível, a História e o funcionamento de duas moagens tavienses. Em primeiro lugar, por ser muito menos conhecida, a fábrica de moagem de farinha em rama de trigo, mais tarde ampliada para moer milho e centeio para alimentação humana, e cevada e alfarroba para rações, que se situava na então Rua Jacques Pessoa, atual Rua Borda d'Água Aguiar, e que laborou entre 1935 e 1975. Em seguida, a grande moagem de farinha espoada e em rama que ocupou, entre 1890 e 1968, o espaço do antigo Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, também conhecido por Mosteiro das Bernardas.

A estrutura do texto é então a seguinte: após a introdução, faz-se uma breve contextualização agroindustrial do concelho de Tavira entre finais do século XIX e meados do século XX. Posteriormente, apresenta-se a história da fábrica situada na Rua Jacques Pessoa, construída pela empresa Caiado & C.<sup>a</sup>, seguindo-se semelhante exercício para a fábrica das Bernardas, fundada pela João Pessoa & C.<sup>a</sup>. A quinta secção corresponde à análise comparativa das duas moagens, inserindo-as no correspondente contexto regional e nacional deste setor industrial. Por último, surgem as conclusões que vão no sentido considerar que se trataram de unidades industriais fundamentalmente diferentes, com a fábrica das Bernardas a apresentar-se como uma importante moagem algarvia, muito embora longe do impacto das grandes unidades das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Já a que laborou na Rua Jacques Pessoa tratou-se de uma pequena unidade de âmbito local. Ambas, todavia, devem ser integradas na historiografia a património cultural taviense, não obstante o parcial desaparecimento físico da fábrica da margem esquerda do Gilão.

<sup>1</sup> Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS 20 –, Faculdade de Letras - Investigação realizada no âmbito do projeto DryMED – Exploring dryland: agrarian systems and crop varieties in Mediterranean Iberia (18th to 20th centuries) financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2022.08206.CEECIND - <https://doi.org/10.54499/2022.08206.CEECIND/CP1714/CT0025>). Este trabalho foi igualmente financiado pela FCT no âmbito do projeto estratégico UIDB/00460/2020.

<sup>2</sup> O autor deseja agradecer o interesse que a Isabel Dias Salvado demonstrou pelo tema, a leitura do texto a Tomás Pinto Bravo e Marco Sousa Santos, e a Óscar Caeiro Pinto pelo auxílio na investigação e, sobretudo, pela duradoura amizade cujo início se deveu ao interesse de ambos pelo estudo do passado de Tavira.

<sup>3</sup> Essencialmente entre os sécs. XIII e XVIII.

<sup>4</sup> Veja-se, por exemplo, as três linhas que Arnaldo Casimiro Anica dedica à moagem do Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade (Bernardas) no capítulo sobre a História económica de Tavira (Anica, 1993, 222-223). Ou a ausência de referências a este setor na compilação de factos históricos Tavienses efetuada por Ofir Chagas (Chagas, 2015).

<sup>5</sup> Esta unidade orgânica pertenceu inicialmente à Direção Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho; em seguida, à Direção Geral da Indústria do Ministério do Comércio e Indústria e, por último, à Direção-Geral dos Serviços Industriais do Ministério da Economia.

## 2. O panorama agroindustrial de Tavira contemporânea

Num país de industrialização lenta e tardia (Reis, 2007), os primeiros centros industriais de Portugal corresponderam a locais com bons acessos a matérias-primas e/ou aos mercados consumidores. Do primeiro caso pode-se enumerar, por exemplo, a Covilhã para a indústria dos lanifícios; Vila Viçosa para a transformação de mármore; ou Silves para a produção de pranchas e rolhas de cortiça. Para o segundo basta referir as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Apesar das políticas de fomento manufatureiro promovidas pelo Conde da Ericeira, nas décadas de 1670 e 1680; do desenvolvimento de diversos estabelecimentos industriais de iniciativa privada que obedeciam à lógica do factory system na primeiras décadas do século XVIII; e, na segunda metade de Setecentos, do esforço Pombalino na criação de grandes unidades fabris (Pedreira, 2005), uma das quais em Tavira (Mesquita, 2006), a verdade é que no início do século XIX, o nível de industrialização da economia portuguesa era bastante incipiente (Lains, 2005).

Foi essencialmente a partir de meados da centúria de Oitocentos que o crescimento industrial sustentado em Portugal se fez sentir (Reis, 2007). Todavia, a alteração estrutural da economia portuguesa, de agrária para industrial, surge somente após o término da Segunda Guerra Mundial, quando se conjuga uma rápida expansão das atividades industriais, com o tímido crescimento do produto agrícola e inclusivamente uma quebra acentuada da mão-de-obra empregue. A indústria tornou-se então, no final da década de 1940, no principal contribuinte para o Produto Interno Bruto português e, em meados da de 1960, no setor que empregava o maior número de portugueses (Amaral,

Freire, 2017). Porém, rapidamente a economia portuguesa especializou-se na prestação de serviços e, no final da década de 1980, a desindustrialização do país era já evidente (Amaral, 2010).

Nesta cronologia, Tavira perdeu muito da sua importância a nível nacional e mesmo do ponto de vista regional, bastando verificar o desempenho demográfico relativo da cidade e do concelho para o comprovar. Igualmente, e sem qualquer surpresa, não se pode caracterizar a cidade do Gilão como um polo industrial, pois num período em que foram os setores industriais a captar os movimentos migratórios (Mata, 2008), se tal tivesse ocorrido certamente que a evolução populacional teria sido outra. Ainda assim, várias indústrias fixaram-se em Tavira, e a população industrial do concelho estava, no início do século XX, dentro da média algarvia, conforme demonstra a Figura 1. Entre os diferentes setores, destacam-se os alicerçados na transformação de produtos endógenos, caso das conservas de peixe – *Companhia de Conservas Balsense*, *Companhia de Conservas “A Tavirense”*, Fábrica de conserva e preparação de peixe de *José Matos Parreira* e Fábrica de conservas de atum e sardinha em azeite de *Manuel e João Baptista Calça* – e das moagens de que este artigo trata<sup>7</sup>.

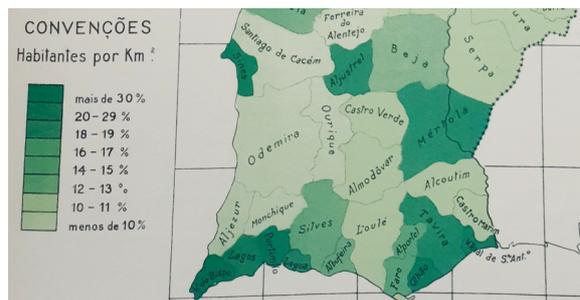


Figura 1 – População industrial em 1930  
Fonte: GIRÃO, A. de Aristides – *Atlas de Portugal*. Coimbra: s.n., 1941.

<sup>7</sup>Outras fábricas que existiram em Tavira foram a *Alentejana, Lda.* de trituração de pimentão e situada no Vale Caranguejo; a fábrica de gelo localizada no Largo Dr. Parreira; as serrações de madeira da Rua Montalvão de *Firmino António Peres* e da Rua 1.º de Maio de *José Joaquim Ferreira*; a ferraria de *Marcelino Augusto Galhardo* na Rua Miguel Bombarda; a serralharia mecânica *Mecanoto Tavirense* no Largo Dr. Parreira e a tipografia da Rua da Liberdade de Virgílio Correia Monteiro. Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscrição Industrial (PT/ADFAR/ACD/C15/003/0011).

A transformação de cereais estava parcialmente assente na produção agrícola local, sendo necessário recorrer, sobretudo no caso do trigo, à aquisição de quantidades significativas de matéria-prima provenientes do Baixo Alentejo e, em menor escala, à importação. De facto, o desequilíbrio entre o consumo e a produção de trigo é algo referenciado para toda a região do Algarve desde, pelo menos, a época moderna (Magalhães, 2018), e o período contemporâneo não parece ser diferente no panorama tavirense. Nesse sentido, não só a alfândega local regista a importação de trigo e milho na década de 1820<sup>8</sup>, como diversas fontes referem sistematicamente a compra de cereais alentejanos, por exemplo, em 1849<sup>9</sup> e 1903 (Gião, 1905, 304), ou a insuficiência da produção cerealífera do concelho de Tavira para satisfazer o respetivo consumo (Reis, Ferreira, 1950, 69).

A estrutura de produção cerealífera do concelho de Tavira não é muito diferente daquela que se encontra, neste período histórico, no sul de Portugal, com um claro predomínio do trigo até meados do século XX, conforme a Figura 2, quando representava mais de metade do total dos cereais. Todavia, depois da Segunda Guerra Mundial, o milho, que no século XIX

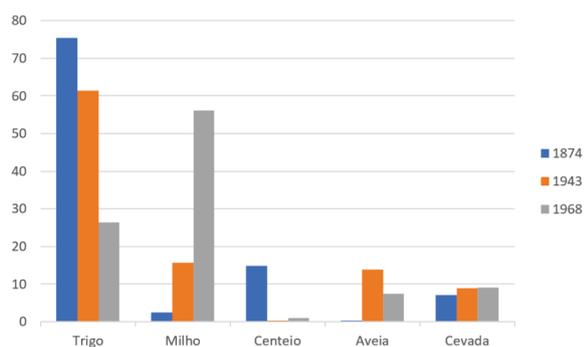


Figura 2 – Estrutura da produção cerealífera do concelho de Tavira, em 1874, 1943 e 1968

Fonte: Elaboração própria a partir de Beires, 1877; Portugal, Instituto Nacional de Estatística, 1944 e 1969.

tinha uma expressão muito reduzida, foi-se impondo a partir provavelmente devido à expansão das variedades de regadio, tal como ocorreu no Alentejo (Faisca, 2019a), tornando-se o principal cereal produzido no concelho de Tavira. Dos três cereais panificáveis com destino à alimentação humana, o centeio sofreu uma evolução no mesmo sentido da do trigo, o que não é surpreendente visto as semelhanças botânicas e históricas entre as duas plantas<sup>10</sup>. No entanto, devido a um relevo inicial menor, a redução da produção de centeio levou ao seu quase total desaparecimento, facto a que também não será alheio o acentuado despovoamento que se veio a verificar na freguesia de Cachopo, onde se concentravam quase exclusivamente as searas deste cereal<sup>11</sup>.

### 3. A Moagem da Rua Jacques Pessoa (atual Rua Borda d'Água de Aguiar)

A 15 de julho de 1935, a empresa Caiado & C.<sup>a</sup>, através de um dos seus proprietários, Francisco Martins Caiado, requereu ao Ministro do Comércio e Indústria a atribuição de uma licença para explorar uma moagem na Rua Jacques Pessoa<sup>12</sup>. A empresa estava também ligada ao negócio corticeiro, em virtude da atividade que Manuel e Francisco Martins Caiado desenvolveram nas regiões de Alentejo e Algarve na segunda metade do século XIX (Faisca, 2019b). No início do século XX, a Caiado & C.<sup>a</sup> era proprietária de uma pequena fábrica de cortiça em Faro que, empregando dez trabalhadores, produzia prancha e rolhas com destino à Alemanha (Faisca, Jerónimo, 2023, 235-236). É provável que a entrada no setor moageiro se insira numa estratégia de diversificação produtiva, alavancada pelo aumento da produção cerealífera fruto das políticas protecionistas que se foram implementando desde 1889 (Reis, 1979) e cujo o expoente máximo foi a Campanha do Trigo, 1929-1938.

<sup>8</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta do Comércio, maço 315 (PT/TT/JC/C/004).

<sup>9</sup> Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, maço 4, caixa 307 (PT/ADFAR/ACD/GCFAR/J-A).

<sup>10</sup> Sobre a introdução do trigo e do centeio na agricultura ibérica veja-se, por exemplo, Peña-Chocarro, 2019.

<sup>11</sup> Arquivo Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Tavira, Controlo de Atividades Económicas, Declarações sobre colheita de trigo e milho (SC:K/Ssc: B/ Sr: 004).

A licença da fábrica que viria a ocupar o número 34 da Rua Jacques Pessoa, conforme a Figura 3, num local que atualmente se situa na Rua Borda d'Água de Aguiar devido à mudança toponímica da primeira para a segunda designação do troço existente após a atual ponte sobre o Rio Gilão<sup>13</sup>, tinha sido originalmente atribuída a uma outra da mesma empresa situada na freguesia de Sabóia, concelho de Odemira. No entanto, a baixa densidade populacional daquela zona do Alentejo Litoral, a existência de uma outra moagem melhor localizada – Pacheco Nobre & Matos, Lda (Empresa do Anuário Comercial, 1935, 3259) –, e as possibilidades que Tavira ofereciam justificaram o diferimento ministerial que autorizou a transferência. De facto, a argumentação decisiva foi a maior dimensão do mercado Tavirense “*especialmente a chamada Serra de Tavira, actualmente bastante povoada e considerada, justamente, como importante centro produtor cerealífero (...) [que] carece de mais facilidade na moagem de trigos à maquia e de melhor organização no fornecimento de farinhas em rama (...)*.”

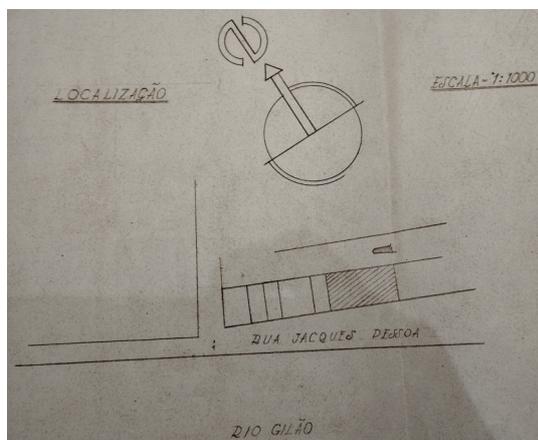


Figura 3 – Localização da Fábrica de Moagem de Cereais na Rua Jacques Pessoa (1935)

Fonte: Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscção Industrial (PT/ADFAR/ACD/C15/004-018/117)

Na Serra do Caldeirão, tal como na generalidade das regiões rurais do sul de Portugal (Guimarães, 2005, 227), o pão, fosse de trigo, de centeio, ou meado, era produzido, desde há milénios, com base na farinha obtida pelo esmagamento dos grãos em duas mós de pedra horizontais. Este pão rural – como assim era designado – era mais barato do que o pão de farinha espoada, ou urbano, produzido, desde finais do século XIX, a partir da farinha obtida pelo esmagamento com recurso a cilindros verticais, o chamado sistema Austro-húngaro. Ora, neste período, o aumento da produção de cereais, fruto da Campanha do Trigo, levou à abertura de muitas moagens industriais e até à reabertura de estruturas tradicionais como moinhos de água e de vento (Guimarães, 2005, 222-238). É, certamente, neste contexto que se explica a construção de uma fábrica de moagem de cereais em Tavira, sabendo que na cidade já existia uma outra de maiores dimensões que concentrava, como se irá verificar, tanto farinha espoada, como em rama, e que em breve, na freguesia de Cachopo, se construiria mais uma moagem de farinha em rama<sup>15</sup>.

O tamanho da fábrica, como demonstra a Figura 4, era relativamente reduzido, tal como a capacidade de criação

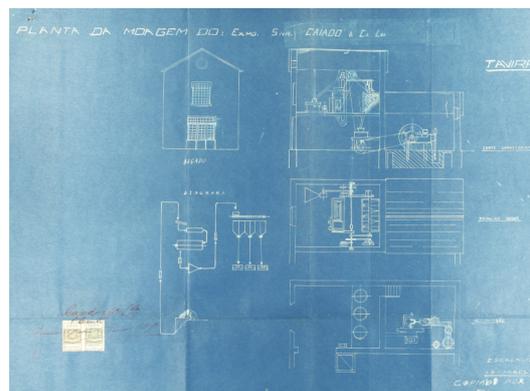


Figura 4 – Planta da Moagem da Caiado & C.ª, na Rua Jacques Pessoa, Tavira, 1935

Fonte: Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscção Industrial (PT/ADFAR/ACD/C15/004-018/117)

<sup>12</sup> Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscção Industrial (PT/ADFAR/ACD/C15/004-018/117).

<sup>13</sup> A 7 de novembro de 1910, a toponímia da Rua Borda de Água de Aguiar foi substituída para Rua Jacques Pessoa, mantendo-se assim até finais de 1985. Entre essa data e o início de 1987, o troço da rua que se situa após o Largo da Caracolinha retomou a antiga designação.

<sup>14</sup> Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscção Industrial (PT/ADFAR/ACD/C15/004-018/117).

<sup>15</sup> Não constando na documentação da 5.ª Circunscção Industrial, nem em diversas edições do Anuário Comercial consultadas, é, todavia, provável que esta moagem fosse propriedade da Sociedade de Moagens e Azeites, Lda. que detinha uma padaria na aldeia.

de emprego era limitada. Assim, inicialmente, só se previa a contratação de cinco trabalhadores, entre os quais um escriturário, um moleiro e um encarregado, acrescidos, a curto prazo, de um motorista e um ajudante, elevando o total do pessoal para sete pessoas. Dois casais de mós, uma bandeja automática, um molhador automático, uma tarata, um trior, uma despontadora com manto de esmeril e um motor de marca “National” com uma potência de 35 cavalos, completavam o estabelecimento industrial que deverá ter iniciado a laboração em 1936.

Sendo difícil aferir o sucesso da fábrica, a verdade é que três anos mais tarde, em 1939, a Caiado & C.<sup>a</sup> vende todo o ativo a uma nova empresa constituída para esse feito, a Araújo Ribeiro & Dias, Lda. Francisco Araújo Ribeiro era o proprietário do armazém situado a poente e, provavelmente com um sócio de apelido Dias, acabou por adquirir a fábrica; sete armazéns, entre próprios e arrendados, situados na Rua Jacques Pessoa, Roque Ferreira e Largo Joaquim Jara; e os baixos com 5 compartimentos do nº 20 da Rua Jacques

Pessoa. Pouco depois, em 1942, os novos proprietários decidem aumentar a produção através da compra de uma moagem de milho e centeio que laborava em Lagos. A aquisição, autorizada pela Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, foi justificada pela quantidade de milho e centeio que se produzia no concelho de Tavira e que, sendo a base da alimentação das classes menos abastadas, era deficientemente explorada pelas três fábricas de moagem existentes no concelho<sup>16</sup>, que se concentravam sobretudo na produção de farinha de trigo.

A incorporação da nova maquinaria levou à expansão da fábrica ocupando um dos edificios contíguos, até porque, de acordo com a legislação em vigor, era obrigatório a separação física das secções de moagem, não obstante pertencerem à mesma empresa, conforme se pode verificar na Figura 5. Assim, em 1951, quando a Araújo Ribeiro & Dias, Lda. deu lugar à empresa *Martins & Pereira, Lda*<sup>17</sup>, como proprietária desta unidade industrial, a fábrica era constituída por cinco casais de mós, com uma capacidade total de transformar

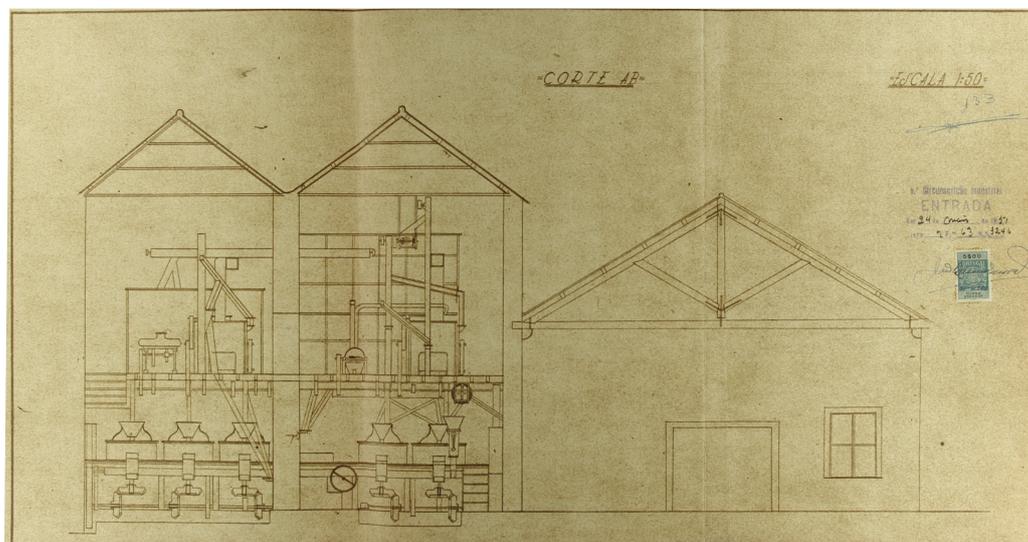


Figura 5 – Planta da moagem de Araújo Ribeiro & Dias, Lda., na Rua Jacques Pessoa, Tavira, já com a nova secção de moagem de milho e centeio (esquerda) acrescentada à anterior de trigo (direita), ca. 1942  
Fonte: Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscrição Industrial (PT/ADFAR/ACD/CI5/004-018/0012)

<sup>16</sup> Além das duas moagens da cidade, deve-se acrescentar a já referida moagem de Cachopo.

<sup>17</sup> Empresa constituída pelos sócios José Martins Júnior e Francisco Martins Pereira.

7.000 Kg de cereal a cada oito horas; cinco tararas; três moinhos de martelos, com uma capacidade total para transformar 15.000 Kg em oito horas; dois fornos e a demais maquinaria anteriormente referida. O número de trabalhadores subira até aos 14, passou-se a produzir rações para gado e até se abriu uma oficina de serralharia. A análise às matérias-primas permite verificar que, neste período, o fabrico de farinha de centeio tinha cessado, que o milho era de produção local, mas o trigo era tanto de produção nacional como do estrangeiro, enquanto as rações eram feitas à base de cevada e alfarroba locais.

Em 1959, nova, e última, alteração na empresa proprietária desta unidade industrial, passando a gestão para a *Martins, Filhos (Suc.), Lda*. Sabe-se que, em 1969, após o encerramento da *J.A. Pacheco* que geriu a fábrica das Bernardas, a moagem da Jacques Pessoa ainda se encontrava em laboração, pois viu aprovada uma fiscalização efetuada a 24 de abril de 1969 pela Direção-Geral dos Serviços Industriais. No entanto, volvidos alguns anos encerrou atividade, o que foi confirmado pela própria empresa, a 6 de fevereiro de 1975, ao referido organismo da Administração Central do Estado. Em julho de 1975, o processo desta moagem na 5.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial é encerrado com a informação de que toda a maquinaria fora vendida ao Sr. José Augusto Costa, residente em Portimão.

Em 1986, o edifício principal da fábrica foi transformado numa unidade hoteleira<sup>18</sup>, tendo sido um armazém anexo demolido em 2014 para servir de parque de estacionamento dos hóspedes e trabalhadores. Verificando as recomendações do *The International Comitee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH) para conservação, gestão e valorização do património industrial, a adaptação a uma nova utilização é aceitável desde que se invoque a sua antiga atividade (TICCIH, 2003). Verificando-se que no sítio web do Hotel Princesa do Gilão é referido que este “(...) foi fundado em 1986 no

*local onde existia previamente uma fábrica de transformação de farinha*” (Princesa do Gilão, 2023), a verdade é que no seu interior a alusão à História da fábrica é reduzida.

#### **4. A Moagem das Bernardas**

No dia 17 de dezembro de 1890, João Daniel Gil Pessoa propôs à Câmara Municipal de Tavira uma avença anual de 200 mil réis para o fornecimento “(...) de todos os productos de sua industria (...)” estabelecida no “(...) extinto convento das freiras de S. Bernardo”. Trata-se da referência documental mais recuada que foi possível identificar do uso industrial do antigo espaço monástico e é provável que a fábrica date precisamente de 1890, pois não consta do Inquérito Industrial referente ao mesmo ano (Portugal. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1890). Esta moagem instalou-se no Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, também conhecido por Mosteiro das Bernardas, que no seguimento da extinção das Ordens Religiosas, em 1834, ficou vago após a saída das últimas freiras, em 1862 (Cunha, 2013, 45). Entre aquela data e, pelo menos, 1888 o espaço esteve devoluto (Haupt, 1986, 285-290). A iniciativa de João Pessoa tratou-se, todavia, de uma experiência efémera, pois em março de 1891 a fábrica sofreu um incêndio e no verão desse mesmo ano uma nova empresa adquiriu o espaço fabril. De facto, a 19 de agosto de 1891, os estatutos da Companhia Tavirense de Moagens e Massas a Vapor são publicados no Diário do Governo. A empresa, como o próprio nome indica, propunha-se moer cereais e a fabricar massas. À sua primeira direção, composta por Silvestre José Falcão<sup>22</sup>, José Possidónio Guerreiro e Francisco André do Rosário, foi atribuída a tarefa de comprar, pelo montante de 12 contos de réis, as fábricas de João Pessoa & C.<sup>a</sup> e “(...) completar a instalação d'estas fábricas no mais breve espaço de tempo e com a maxima economia possíveis”. A composição dos

<sup>18</sup> Primeiro Pensão Princesa do Gilão, adquirindo em 2014 a designação de Hotel Princesa do Gilão.

<sup>19</sup> João Daniel Gil Pessoa, neto de Daniel Pessoa e Cunha que, por sua vez, é bisavô do poeta Fernando Pessoa, é primo-tio deste último.

<sup>20</sup> Arquivo Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Tavira, Livro de Actas, 1889-1892. CMT/B/A/001, Lv.22.

<sup>21</sup> Ata de 4 de março de 1891. CMT/B/A/001, Lv.22.

<sup>22</sup> Sobre Silvestre Falcão veja-se, por exemplo, Lopes, 2010.

órgãos sociais denuncia que esta empresa, com um capital social de 24 contos de réis distribuídos por 480 ações de 50 mil réis, era de origem essencialmente local. Assim, além dos diretores, encontram-se outras figuras e famílias tavirenses de relevo, por exemplo, na presidência da Assembleia Geral, atribuída a José Firmino Pires Padinha<sup>23</sup> ou no Conselho Fiscal, com a presença de José Maria dos Santos, proprietário da única empresa Tavirense identificada nos Inquéritos Industriais de 1881 e 1890, a Typographia burocratica (Portugal. Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 1881-1883; Portugal. Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 1891). Em 1900, sabe-se que laborava com recurso a um motor a vapor que acionava sete casais de mós cuja força produtiva laboral era de 3.600 toneladas anuais de trigo, muito embora a laboração efetiva não tenha

superado, em 1899, as 1.616 toneladas anuais de trigo (Ferreira, 1999, 197-198). Em 1903, para os mesmos casais de mós, na fábrica das Bernardas existiam já duas máquinas a vapor, com uma potência conjunta de 125 cavalos, e aí trabalhavam 22 pessoas. A matéria-prima local, não sendo suficiente para satisfazer as necessidades de tamanho complexo industrial, era complementada por trigo proveniente do Alentejo, mas também do estrangeiro, visto que a Companhia Tavirense de Moagens e Massas a Vapor estava inscrita nas tabelas de rateio para aquisição de trigo exótico. O mercado consumidor, por sua vez, pouco ultrapassava “(...) Tavira e seus arredores (...)”, abrangendo, no máximo, a região Algarvia (Gião, 1905, 303-312). Em 1909, a Companhia expande-se dentro da fileira do pão, abrindo uma Padaria (O Povo Algarvio, 1909) e, em 1918, uma força produtiva diária de 17.040 kg

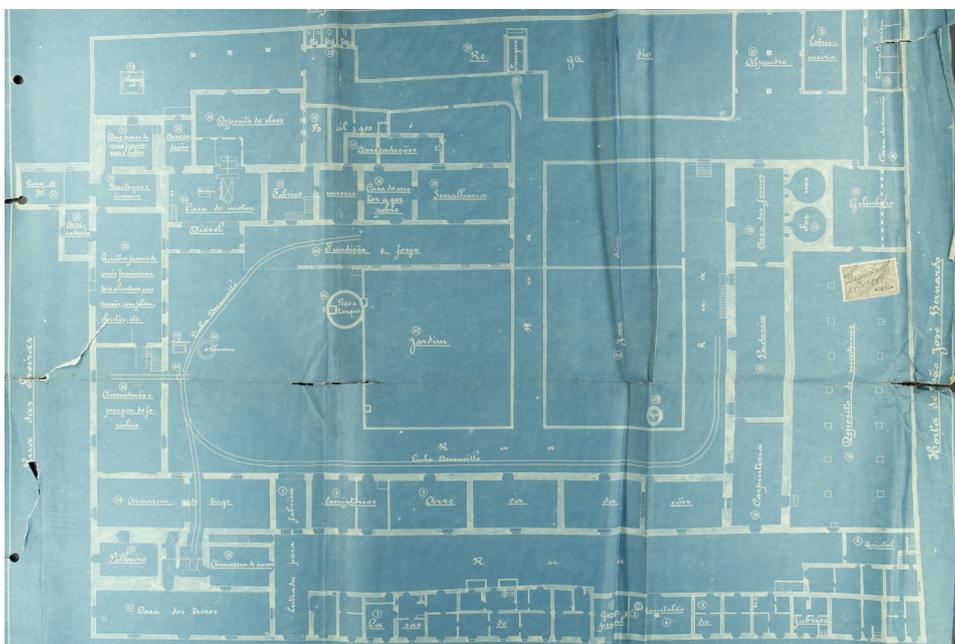


Figura 6 – Planta da fábrica das Bernardas, propriedade J.A. Pacheco, Tavira, primeira metade do século XX.  
Fonte: Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscrição Industrial (PT/ADFAR/ACD/C15/004-018/60)

<sup>23</sup> Presidente da Câmara Municipal entre 1894 e 1895.

(Ferreira, 1999, 197-198). No entanto, e tal como previam os engenheiros da Repartição do Trabalho Industrial que consideravam a unidade sobredimensionada para o mercado Tavirense, a empresa deve ter entrado em dificuldades financeiras e, a 21 de junho de 1920, todo o ativo é vendido por 89 contos a Joaquim António Pacheco, residente em Olhão e dono de uma empresa com o seu nome fundada em 1893<sup>24</sup>. Com a nova gestão, o complexo industrial das Bernardas cresceu e, em 1928, concentrava três licenças: moagem de cereais em rama, fabrico de massas e padaria. Empregava então 43 trabalhadores, possuía um motor a diesel com uma potência de 150 cavalos e um forno na Travessa das Cunhas. Em 1931, nova expansão no setor da distribuição com a compra da Padaria de Manuel Pedro Pereira, situada na Rua da Liberdade<sup>25</sup>. É de salientar que a atividade empresarial da *J.A. Pacheco* ia muito para além da fileira do pão, possuindo, em Olhão, uma fábrica de conservas de peixe, uma estância de madeira e atuando ainda como negociante de vinhos e exportador e importador de peixe. Dentro das moagens, detinha mais duas unidades, uma em Olhão e outra na vila de Ourique, situada já no Baixo Alentejo. Aliás, somente na cidade de Tavira, este grupo empresarial empregava 80 trabalhadores distribuídos, além da moagem, por fornos e padarias, uma serralharia mecânica, uma oficina de carpintaria e uma oficina de automóveis que incluía uma garagem com capacidade para mais de 100 viaturas, conforme a Figura 7. A capacidade de atração da *J.A. Pacheco* era suficientemente forte para conseguir captar quadros qualificados de fora da região, como foi o caso de Eduardo Pinto Júnior que, em 1920, viera para Tavira para se tornar gerente dos diferentes negócios do grupo na cidade do Gilão (O Povo Algarvio, 1930).

Porém, em 1938, a firma procura libertar-se do complexo industrial das Bernardas alegando não ter condições financeiras para a sua correta exploração, arrendando-a à *Sociedade Industrial Aliança, S.A.R.L.*<sup>26</sup>, com sede em Almada. Esta empresa procura transferir a fábrica de Tavira até ao Caramujo, juntando às grandiosas instalações aí existentes a maquinaria e a respetiva quota de produção de trigo da moagem tavirense. O negócio, inicialmente com a concordância das autoridades governamentais, acaba por não se concretizar devido à suspeita de ilegalidades cometidas pela J.A. Pacheco que não comunicara, como era obrigada, a instalação de moinhos que lhe davam uma capacidade de laboração superior à autorizada. Independentemente da veracidade da suspeita, na prática levou a uma mudança de estratégia por parte da empresa algarvia que acabou por transferir, em 1940, a maquinaria e quota de produção de uma fábrica de farinha em rama que adquiriu em Ourique para Tavira.

Este episódio parece inserir-se no fenómeno de concentração empresarial que, desde o início do século XX, marcou o setor das moagens (Pires, 2004, 60). Tal como em tantos outros setores industriais, a obtenção de economia de escala motivou a aquisição, fusão ou cooperação de diferentes fábricas, muitas vezes independentemente da respetiva localização geográfica. A unidade das Bernardas não foi alheia a este movimento, o que se comprova não só pelo que foi descrito para o final da década de 1930, mas que já tinha ficado bastante claro quando, em 1925, se juntou à *União de Moageiros, S.A.R.L.*, que reunia 40 fábricas de moagem de todo o território nacional. A J.A. Pacheco passou então a deter 215 ações da *União de Moageiros, S.A.R.L.* cujos principais acionistas eram a Companhia de Moagem Rio Lima, com 705 ações; a *Vinagre e Borges, Lda.*, com 617

<sup>24</sup> Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscção Industrial (PT/ADFAR/ACD/CI5/004-018/60).

<sup>25</sup> Arquivo Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Tavira (AMT/CMT/K/E/002/158/mç. 1).

<sup>26</sup> Esta empresa geria uma das maiores moagens de Portugal que laborou entre 1865 e 1993. Sobre a sua história veja-se Cunha, 2013, 252-298.

ações; a *Peres Ventura & Companhia*, com 548 ações; a *Electro Moagem do Marco*, com 451 ações e a *Sociedade Alentejana de Moagem, Lda.*, com 451 ações (Cunha, 2013, 341-342).

O complexo das Bernardas parece ter-se mantido em funcionamento com razoável sucesso pois, em 1953, mantinha as licenças para a exploração de farinha em ramas, farinha espoada e padarias. À época empregava, no ramo da produção de pão, 53 trabalhadores, enquanto no velho Mosteiro feminino laboravam dois motores a óleo de 225 e 150 cavalos e 14 motores elétricos cuja potência variava entre 2 e 80 cavalos. A energia elétrica era produzida internamente, através de

um gerador comprado à Aliança Eléctrica do Sul, e todo este exército industrial servia para transformar, através de 10 moinhos de cilindros, entre 128 a 136 toneladas de cereais – trigo, centeio, cevada e milho – a cada oito horas. Com exceção do trigo e centeio, os demais cereais eram de origem nacional, sempre que possível com ênfase na produção local. É ainda de referir a oferta de assistência médica própria aos trabalhadores, além daquela que a lei obrigava através da Caixa de Previdência. Toda esta dinâmica termina, em 1968, com encerramento da fábrica, sendo a licença industrial cancelada definitivamente em 1970 e o equipamento da moagem espoada transferido para as Moagens Associadas, S.A.R.L., em Faro<sup>27</sup>.

Atualmente, o antigo Mosteiro e mais tarde fábrica de moagem é um conjunto habitacional pensado para um segmento de mercado de elevada capacidade financeira (Moura, 2013). É de assinalar que existiu uma preocupação com património industrial existente que se reflete, por exemplo, na conservação da fachada da Rua Mártires da República, por onde se acedia à moagem e onde estavam localizadas as moradias dos operários, ou da chaminé junto à Igreja conventual (Palomares Alarcón, 2020, 242-243).

## 5. As Moagens de Tavira no contexto nacional e regional moageiro

Além da breve descrição da História das moagens que existiram na cidade de Tavira, é igualmente pertinente compreender qual a respetiva importância relativa, a nível nacional e regional, e o apetrechamento tecnológico de cada uma. Como facilmente se depreende a moagem que funcionou na Rua Jacques Pessoa era de uma dimensão muito mais reduzida do que a das Bernardas, o que também se refletiu na tecnologia utilizada. De facto, o sistema de produção de farinha tanto o instalado pela Caiado & C.<sup>a</sup>, em 1935, como o adquirido Araújo Ribeiro & Dias, Lda., em 1942, assentava na ancestral tecnologia de mós de pedra, igual ao de moinhos e azenhas (Cunha, 2013,

POVO ALGARVIO TAVIRA

# J. A. PACHECO

**TAVIRA**

**FABRICA DE MOAGEM DE MASSAS**

**Serralharia MECANICA**

Habilitada a fazer reparações de qualquer natureza em motores de todas as qualidades.

Soldadura autogenia em todos os metais empregando acetilene dissolvido.

pelos processos mais modernos

**PADARIA** obedecendo a todos os preceitos higiénicos com máquinas de pesar e amassar

**Secção de AUTOMOVEIS**

A oficina mais completa da Provincia com todos os preparos ultimamente adquiridos nas melhores casas da especialidade.

Carrosserias para passageiros e carga

Estofador

Pintura a pincel e a pistola, sistema DUCO

Carga de baterias

**Garage de recolha**

A mais ampla da Provincia com capacidade para 100 automoveis, na Bela Fria, proximo do Lavadouro

Figura 7 – Publicidade da J.A. Pacheco em 1938  
Fonte: Povo Algarvio, 1930

<sup>27</sup>Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscrição Industrial (PT/ADFAR/ACD/CI5/004-018/60).

119-121). Neste tipo de moagem, sendo o grão triturado numa única operação, a farinha obtida, até ser peneirada está em contacto permanente com os desperdícios, por exemplo a casca, dando origem a um pão mais grosseiro. Adicionalmente, há uma mistura do pó de pedra no produto e é mais difícil transformar trigos rijos, os mais comuns no sul de Portugal até ao século XX. A farinha produzida pelo sistema de mós de pedra designa-se por farinha em ramas.

Já na moagem das Bernardas, e possivelmente desde o seu início<sup>28</sup>, coexistiam as tradicionais mós de pedra, com o sistema de farinação por cilindros, também conhecido por austro-húngaro<sup>29</sup>, o que é confirmado pela atribuição à fábrica de uma licença mista<sup>30</sup>. Na moagem por cilindros, a transformação do cereal é feita gradualmente com cada passagem com uma função distinta. Este tipo tem um rendimento superior e dele resultam melhores qualidades de brancura e

aspecto do produto final. Isto ocorre porque, em casa fase, são retirados os desperdícios que assim ficam menos tempo em contacto com a farinha, não se misturando tanto com ela (Cunha, 2013, 120). A farinha produzida pelo sistema de mós de pedra designa-se por farinha espoada.

O sistema de farinha espoada foi introduzido em Portugal na década de 1880 e, tal como em Espanha e França, mas ao contrário do Reino Unido e Estados Unidos da América, conjugou-se com o tradicional sistema de mós de pedra. Muito provavelmente o temor de se substituir na totalidade equipamentos operacionais e dispendiosos perante um mercado consumidor que poderia, como acabou por ocorrer, manter o gosto pelo tradicional pão de ramas, levou à manutenção de ambos os sistemas durante várias décadas. Além da moagem das Bernardas, vários exemplos de unidades mistas encontram-se noutras regiões de Portugal como foi o caso da moagem de Ponte de Sor

Empresa	Força Produtiva	Laboraçoão efetiva
Domingos José de Moraes & Irmão	70.500	22.659
Manuel José Gomes & Filhos	46.500	18.063
Bello & Formigaes	39.900	14.877
João de Brito	31.200	15.362
J.H. Andressen	24.900	7.198
Barreto Filho & Genro	21.390	8.033
João Luiz de Sousa & Filho	21.300	12.426
Companhia de Moagem Harmonia	20.274	5.726
Formigal & Irmãos	19.800	9.135
Eduardo Conceição Silva & Irmão	17.400	7.698
<b>Companhia Tavirense</b>	<b>3.600</b>	<b>1.616</b>

Figura 8 – Força produtiva e laboração efetiva da Companhia Tavirense de Moagens e Massas a Vapor comparada com as 10 maiores moagens de Portugal, 1901

Fonte: Cunha, 2013, 308; Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscrição Industrial (PT/ADFAR/ACD/CI5/004-018/60)

<sup>28</sup>Segundo a descrição efetuada por António Pereira, moleiro, que entrou ao serviço na fábrica em 1909, o sistema de cilindros era muito antigo na fábrica. Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscrição Industrial (PT/ADFAR/ACD/CI5/004-018/60).

<sup>29</sup>Este sistema foi desenvolvido na Hungria, à época parte integrante do Império Austro-húngaro, e apresentando pela primeira vez na Exposição Internacional de Viena, em 1875.

<sup>30</sup>Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscrição Industrial (PT/ADFAR/ACD/CI5/004-018/60).

Não obstante o aumento da capacidade produtiva, a fábrica manteve-a no mesmo patamar relativo, ou seja, de uma grande moagem a nível regional, mas de dimensão mediana no panorama nacional. Um bom exemplo disso é a tabela publicada, em 1936, pela Comissão de Classificação das Moagens Consideradas Desnecessárias, apresentada na Figura 9. Nesta, verifica-se que a *J.A. Pacheco* administrava a segunda maior moagem do Algarve, mas cuja capacidade produtiva era significativamente mais pequena do que as maiores de Portugal, com destaque para aquelas que serviam as duas grandes áreas metropolitanas do país. Mais tarde, em 1957, na listagem das moagens integradas na Federação Nacional dos Industriais de Moagem (FNIM)<sup>31</sup>, a fábrica das Bernardas permanecia como a segunda moagem de maior capacidade no Algarve e a oitava a sul do Tejo, já

incluindo as da Península de Setúbal (Cunha, 2013, 369-370). Ou seja, o cenário era essencialmente o mesmo. Quanto à fábrica da Rua Jacques Pessoa, devido a determinadas características técnicas, como não possuir secção de farinha espoada e provavelmente também pelas reduzidas dimensões, não consta nas frequentes publicações governamentais de coordenação das atividades de moagem, nem estava inscrita na FNIM ou na atribuição de quotas de rateio. No entanto, a partir da documentação produzida no âmbito do respetivo licenciamento industrial<sup>32</sup>, foi possível calcular a sua capacidade produtiva diária e integrá-la na Figura 9. Sem surpresa, constata-se que se tratava de unidade de pequena dimensão, mas, ainda assim, com maior capacidade produtiva do que três outras moagens algarvias, incluindo uma que se localizava em Cacela, a apenas 12 quilómetros.

Designação	Localidade	Localidade
Companhia Industrial Portugal e Colónias (2. <sup>a</sup> Circunscrição)	Lisboa	Lisboa
Companhia de Moagem Harmonia (1. <sup>a</sup> Circunscrição)	Porto	Porto
Moinhos Santa Iria (5. <sup>a</sup> Circunscrição)	Beja	Beja
Companhia Alentejana de Cereais (3. <sup>a</sup> Circunscrição)	Elvas	Elvas
Vitorino Rodrigues & Ferreiras, Lda. (4. <sup>a</sup> Circunscrição)	Setúbal	Setúbal
Companhia Industrial do Algarve	Faro	Faro
<b>J.A. Pacheco</b>	<b>Tavira</b>	<b>Tavira</b>
Moagem Louletana	Loulé	Loulé
J.A. Marques Ferreira	Portimão	Portimão
Moagem Sr. <sup>a</sup> Conceição	Loulé	Loulé
José B. Azevedo	Lagos	Lagos
Caiado & C. <sup>a</sup>	Tavira	Tavira
Britos, Lda	Cacela	Cacela
Francisco João	Salir	Salir
Nunes & Irmão	Loulé	Loulé

Figura 9 – Maiores moagens de cada Circunscrição Industrial e moagens do Algarve, 1936  
Fonte: Cunha, 2013, 360; Arquivo Distrital de Faro, 5.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial (PT/ADFAR/ACD/C15/004-018/0012)

<sup>31</sup>A Federação Nacional dos Industriais de Moagem (FNIM) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 24185, de 18 de julho 1934, como associação obrigatória para os industriais de trigo com peneiração. Era um organismo corporativo de interesse público, com personalidade jurídica e de funcionamento e administração autónomos, constituída pelos Grémios dos Industriais de Moagem (seis de carácter regional) criados pelo mesmo diploma que instituiu a FNIM. As moagens do Algarve encontravam-se dependentes do Grémio de Beja. A FNIM foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 443/74, de 12 de setembro.

<sup>32</sup>Arquivo Distrital de Faro, 5.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial, PT/ADFAR/ACD/C15/003/0011, PT/ADFAR/ACD/C15/004-018/0012 e PT/ADFAR/ACD/C15/004-018/51

## 6. Conclusão

Apesar de nunca se ter afirmado como um centro industrial, na cidade de Tavira subsistem diversas manifestações do fenómeno da industrialização, entre as quais o edificado, a documentação e a memória de diferentes fábricas. A maioria das unidades industriais, e à semelhança de outros locais do país, sobretudo fora das duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, transformavam produtos endógenos. As moagens que este artigo abordou são dois desses exemplos. Funcionando durante 85 anos, entre 1890 e 1975, as fábricas de transformação de cereais de Tavira certamente marcaram diversas gerações, chegando a empregar, no início da década de 1950, quase sete dezenas de trabalhadores. Trataram-se, todavia, de dois casos bastante distintos em vários aspetos.

A moagem que se fixou, em 1890, no antigo Mosteiro das Bernardas, de iniciativa de um empresário local, cedo, se não mesmo desde o início, introduziu o sistema de moagem por cilindros, ou austro-húngaro, equiparando-se às mais modernas fábricas do seu tempo em Portugal. Considerada como sobredimensionada para o mercado local em que operava, a Companhia Tavirense de Moagens e Massas a Vapor foi pioneira na produção de farinha espoada no Algarve e manteve-se, durante a sua longa vida produtiva, com elevada preponderância na região, visto ser a segunda maior da província mais a sul de Portugal. No entanto, quando comparada com as grandes unidades das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, e até mesmo com as das principais regiões de produção cerealífera de Portugal, caso do Alentejo, compreende-se que era de média dimensão. Com uma história secular e ocupando uma área significativa no atual centro da cidade, a moagem das Bernardas é hoje um conjunto habitacional pensado para um segmento de mercado de elevada capacidade financeira.

Já a moagem que foi construída, em 1935, pela empresa Caiado & C.<sup>a</sup> de capital algarvio não local, junto ao Rio Gilão na sua margem esquerda, nunca abandonou o sistema de moagem tradicional sustentado em mós de pedra. Começando com apenas dois casais de mós, tratou-se de uma fábrica de pequena dimensão. Mesmo a inclusão, em 1942, de outros três casais que permitiram a

expansão na transformação de milho, centeio e, mais tarde, alfarroba e cevada para alimentação animal, não elevou o patamar produtivo a um nível que se possa deixar de considerar como de pequeno. Apesar disso, várias outras fábricas algarvias de transformação de cereais possuíam uma capacidade produtiva menor e, previsivelmente, dariam emprego a um menor número do que as 14 pessoas que chegaram a trabalhar em simultâneo na então Rua Jacques Pessoa. Transformado, em 1986, o edifício principal em unidade hoteleira, alude-se na comunicação do Hotel à antiga fábrica que ali funcionou, o que vai ao encontro das recomendações do TICCIH para o património industrial. Todavia, é possível recuperar e perpetuar muito mais da História desta moagem, integrando-a, sempre que seja pertinente, na atual exploração económica daquele espaço, na produção historiográfica, na identificação e em futuros roteiros do património industrial de Tavira, o que este artigo pretende inaugurar.

## 7. Bibliografia

**ALGARVE (O)**. Edição de 14 de abril de 1935, Ano 28, n.º 1411.

AMARAL, Luciano; FREIRE, Dulce – Agricultural Policy, Growth and Demise, 1930–2000. IN FREIRE, Dulce; LAINS, Pedro (Eds.) – **An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: Economic Development on the European Frontier**. Leiden: Brill, 2017, pp. 245-272.

AMARAL, Luciano – **A economia portuguesa: últimas décadas**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.

ANICA, Arnaldo Casimiro – **Tavira e o seu termo: memorando histórico**. Tavira: Câmara Municipal, 1993.

BEIRES, José de – **Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Faro na sessão ordinária de 1877: resoluções e consultas da Junta Geral**. Faro: Typ. do Districto de Faro, 1877.

CHAGAS, Ofir – **História de Tavira**. S.l.: Ofir Chagas, 2015.

CUNHA, Rui Maneira – **Arqueologia Industrial: Panorama da Indústria Moageira Portuguesa no Século XX, e a EMPRESA DE MOAGEM DO FUNDÃO, Lda.** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013. Tese de Doutoramento.

EMPRESA DO ANUÁRIO COMERCIAL- Anuário Comercial de 1935. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1936.

FAÍSCA, Carlos Manuel – A produção agrícola no Alentejo (1929-2018): uma primeira abordagem. **Revista de Estudios Económicos y Empresariales.** 31 (2019a) 39-64.

FAÍSCA, Carlos Manuel – **El negocio corchero en Alentejo: Explotación forestal, industria y política económica, 1848-1914.** Badajoz: Universidad de Extremadura, 2019b, Tesis Doctoral. <http://hdl.handle.net/10662/10257>

FAÍSCA, Carlos Manuel; JERÓNIMO, Rui – A contribuição algarvia para a génese e desenvolvimento do setor corticeiro português, séculos XIX e XX. **Revista Portuguesa de História.** 54 (2023) 219-242. [https://doi.org/10.14195/0870-4147\\_54\\_9](https://doi.org/10.14195/0870-4147_54_9)

FERREIRA, Jaime Alberto do Couto – **Farinha, moinhos e moagens.** Lisboa: Âncora, 1999.

GIÃO, Francisco Sales – “Concelho de Tavira”. IN PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria – **Estatística industrial: Districtos de Évora, Beja e Faro.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1905, p. 303-312.

GIRÃO, A. de Aristides – **Atlas de Portugal.** Coimbra: s.n., 1941.

GUIMARÃES, Paulo – **Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960): Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo.** Évora: Colibri, 2005.

HAUPT, Albrecht – **A Arquitectura do Renascimento.** Lisboa: Ed. Presença, 1986.

HOTEL PRINCESA DO GILÃO – Sítio Web. [Em linha] 2023 [Consult. 23 de novembro de 2023]. Disponível em <https://hprincesadogilao.com/sobrenos/>

LAINS, Pedro – “A Indústria”. IN LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.) – **História Económica de Portugal, vol 2.: 1800-1900.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 259-283.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – **Algarve económico durante o século XVI.** 2.ª edição. Olhão: Sul, Sol e Sal, 2018.

MATA, Eugenia - As bees attracted to honey Transport and job mobility in Portugal, 1890–1950. **Journal of Transport History.** 29:2 (2008), 173-192.

MESQUITA, José Carlos Vilhena – “Tavira, o Marquês de Pombal e a Fábrica de Tapeçarias”. IN SANTANA, Daniel; LOPES, Marco – **Espírito e Poder: Tavira nos tempos da modernidade.** Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2006, pp. 109-121.

MOURA, Eduardo Souto de – **Convento das Bernardas.** Lisboa: Uzina Books, 2013.

PALOMARES ALARCÓN, Sheila – **Los nuevos usos de la arquitectura industrial agroalimentaria en el sur de Portugal en el contexto del Mediterráneo.** Évora: Universidade de Évora, 2020. Tese de Doutoramento. <http://hdl.handle.net/10174/28357>

PEÑA-CHOCARRO, Leonor et al. – Roman and medieval crops in the Iberian Peninsula: A first overview of seeds and fruits from archaeological sites. **Quaternary International,** 499 (2019) 49-66. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2017.09.037>

PEDREIRA, Jorge – A Indústria. IN LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Org.) – **História Económica de Portugal, vol 1.: 1700-1800.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 177-207.

PIRES, Ana Paula – **A indústria de moagem de cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1926)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004. Dissertação de Mestrado.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – **Estatística Agrícola de 1943**. Lisboa: INE, 1944.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – **Estatística Agrícola de 1969**. Lisboa: INE, 1970.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria – **Inquérito Industrial de 1881**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1883.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria – **Inquérito Industrial de 1890**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

**POVO ALGARVIO (O): Semanário Republicano**. Edição de 18 de dezembro de 1909, Ano II, n.º 64.  
**POVO ALGARVIO**. Edição de 28 de setembro de 1930, Ano I, n.º 24 e 25.

REIS, Jaime – “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913.” In LAINS, Pedro; FERREIRA, Nuno Estêvão (Orgs.) – **Portugal em Análise: antologia**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 199-233.

REIS, Jaime – A «Lei da Fome»: as origens do proteccionismo cerealífero, 1889-1914. **Análise Social**. XV (60) (1979) 745-793.

REIS, José Pinto dos; FERREIRA, Marcos Afonso – **Inquérito Agrícola e Florestal do concelho de Tavira**. Plano de Fomento Florestal: s.l., 1950.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH) – **Carta de Nizhy Tagil para o Património Industrial**. [Em linha] 2003 [Consult. 23 de

novembro de 2023]. Disponível em <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>

## 8. Fontes Documentais

Arquivo Distrital de Faro, 5.ª Circunscrição Industrial, (PT/ADFAR/ACD/CI5/003/0011, PT/ADFAR/ACD/CI5/004-018/0012, PT/ADFAR/ACD/CI5/004-018/0051, PT/ADFAR/ACD/CI5/004-018/60 e PT/ADFAR/ACD/CI5/004-018/117; Governo Civil, maço 4, caixa 307, PT/ADFAR/ACD/GCFAR/J-A.

**Arquivo Municipal de Tavira**, Câmara Municipal de Tavira, Livro de Actas, 1889-1892, CMT/B/A/001, Lv.22; Câmara Municipal de Tavira, AMT/CMT/K/E/002/158/mç. 1; Câmara Municipal de Tavira, Controlo de Atividades Económicas, Declarações sobre colheita de trigo e milho (SC:K/Ssc: B/Sr: 004).

**Arquivo Nacional da Torre do Tombo**, Junta do Comércio, maço 315, PT/TT/JC/C/004.

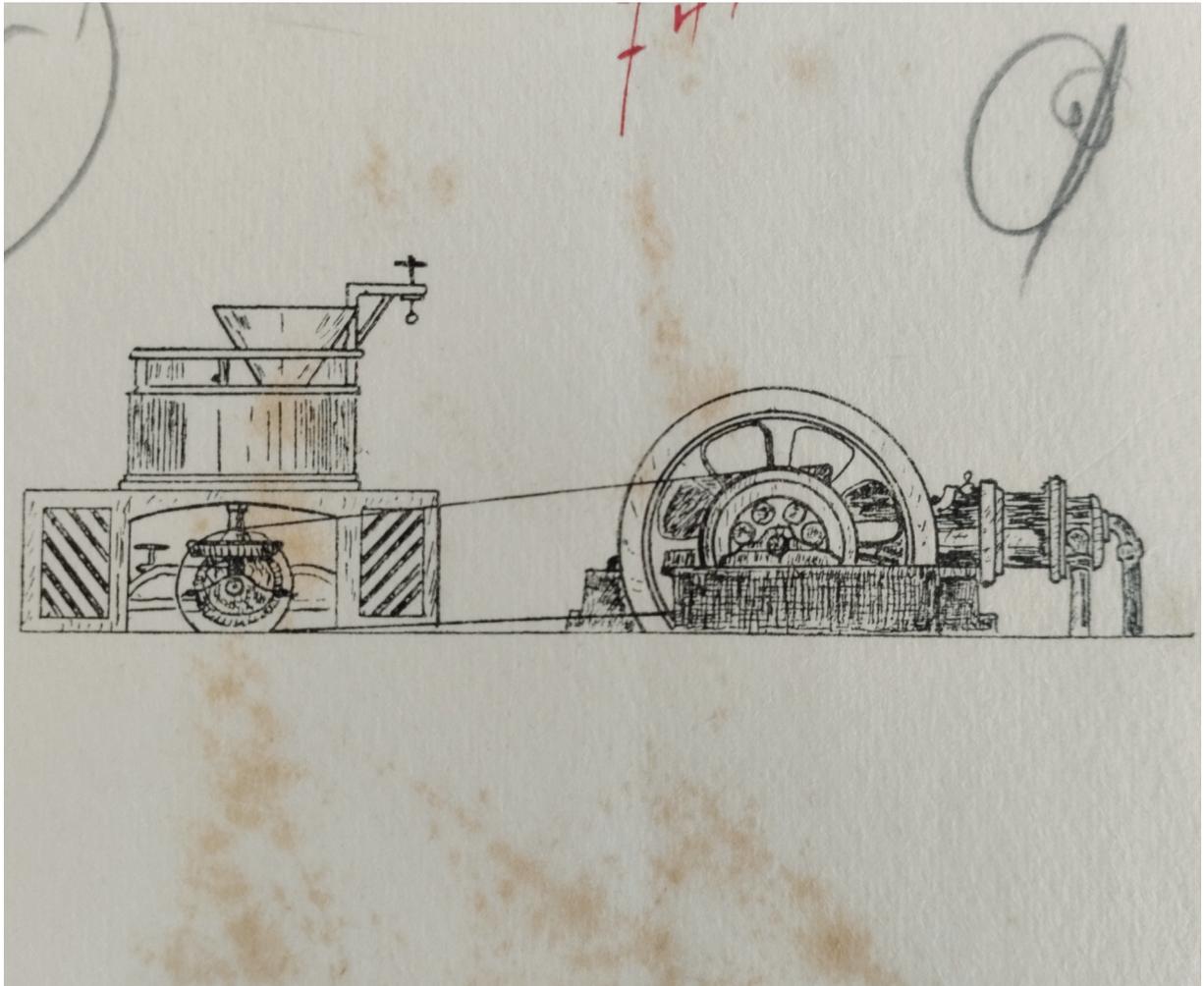


Figura 10 – Detalhe de uma folha de correspondência da Caiado & C.ª.